



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

No dia 7 de novembro de 2024, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Lucas Fernando Barbosa Correia.** Conselheiros (as) Suplentes: **Natália Oikawa; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Karla Regina do Monte Oliveira; Laura Maria de Melo Sarmento; Francisco de Assis do Nascimento.** **01. INFORMES:** **1.1** – Encontro PNAB dos Editais de Pontos e Pontões de Cultura. **PAUTA:** **01** – Reintegração da Presidência da Sociedade Civil; **02** – PNAB/Pontos de Cultura; **03** – Eleições Setoriais; **04** – Artes Visuais (Bárbara Collier). **Amanda Carneiro**, após confirmar a presença dos conselheiros, deu as boas-vindas aos participantes presentes, incluindo Roberto, Ademir, Silvia Callado da Prefeitura de Itamaracá, Elizonete, Claudina e Dênis Oliveira de Paudalho, desejando-lhes uma boa reunião do Conselho de Políticas Culturais. Em seguida, passou a palavra para o Presidente, Rafael Farias, iniciar a reunião. **Rafael Farias** deu início à reunião ordinária do CEPC em 7 de novembro, cumprimentando os presentes e dando boas-vindas a todos da Ilha de Itamaracá, ao representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Luiz Henrique, e a Talita, cantora de Paudalho e integrante de uma quadrilha junina. Ele convidou os membros da sociedade civil a se inscreverem para as pautas em discussão e mencionou que colocaria o pleito para aprovação. Rafael também aproveitou para agradecer o convite da Secretaria de Cultura para a reinauguração do Cinema São Luiz, evento ao qual não pôde comparecer por questões de saúde, expressando tristeza por perder uma ocasião especial. Informou ainda que os prazos para inscrições e participação no evento foram estendidos até as 15h30 daquele dia, agradecendo a Cacau pela atenção ao conselho. Finalizando, Rafael abriu espaço para falas adicionais e cedeu a palavra ao conselheiro Marcelo. **Marcelo de Ogum** informou que a Ilha de Itamaracá concluiu os pagamentos da PNAB 2024, destacando que, sob a gestão do prefeito Paulo Batista, o município foi o primeiro do estado a receber um Técnico de Armação de Palco e Som, consolidando-se como pioneiro na premiação da PNAB. Ressaltou que Itamaracá valorizou a cultura popular, frequentemente esquecida por falta de financiamento, e conseguiu atrair artistas de outras localidades para



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

apresentações no município. Além disso, denunciou a falta de pagamento aos fazedores de cultura pela Prefeitura de Garanhuns, que, apesar de receber um repasse de três milhões, ainda não remunerou esses profissionais, mesmo após 30 dias e promessas do secretário de turismo. Marcelo criticou a situação, afirmando que muitos fazedores de cultura tiveram que recorrer a empréstimos para realizar suas apresentações e concluiu pedindo uma nota de repúdio contra a Prefeitura de Garanhuns pela falta de respeito com a cultura popular. **Wagner Egito** informou que foi convidado para participar de um festival em Belo Jardim, representando o conselho em uma mesa sobre as perspectivas da cultura no interior do estado, com a presença da gestão da prefeitura local. Mencionou também a necessidade de recomposição das comissões e sugeriu que aqueles interessados em participar formalizem seus pedidos de entrada. Por fim, solicitou que a Secretaria de Cultura forneça informações oficiais sobre o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) e o projeto "Pernambuco Meu País" e que esses temas sejam discutidos no conselho. **Rafael Farias** parabenizou a prefeitura de Itamaracá pela conclusão da PNAB e agradeceu a Wagner pela contribuição. Informou que a pauta da reunião estava mantida e que a Reunião Unificada estava agendada para 11 de dezembro, data já reservada. Ressaltou a importância da iniciativa, inicialmente proposta por Wagner Egito, ex-presidente do conselho, e destacou seu valor. Rafael mencionou também a necessidade de uma discussão específica sobre o projeto "Pernambuco Meu País" e propôs uma reunião extraordinária com pauta única sobre o regimento interno, tema já sugerido por Thaynna. Ele explicou que o regimento precisa ser revisado para abordar questões como a composição e o funcionamento das comissões setoriais, visto que nem todos demonstraram interesse em participar. Rafael enfatizou a importância de alinhar o papel das comissões com o regimento, buscando identificar o que funciona e o que precisa ser ajustado. **Arthur Teti** informou que dois produtores culturais relataram problemas no Mapa Cultural, onde alguns projetos não selecionados aparecem sem a aba de recurso, enquanto projetos selecionados possuem essa aba. Embora o Mapa Cultural tenha sido notificado, o sistema ainda não foi atualizado, e o prazo para envio de recursos se encerra hoje. Ele expressou preocupação com a confusão, pois há projetos marcados como "não selecionados" no edital, mas que aparecem como "selecionados" no Mapa Cultural, o que pode gerar problemas. **Irene Veiga**, responsável pelo Mapa Cultural, informou que o período de recursos começou no dia 6 e seguirá até o dia 8, às 16h59. Ela explicou que o recurso foi liberado para todas as oportunidades, como TEC, Multilinguagens e outras ações. Irene orientou que, caso haja problemas específicos no edital ou na inscrição, os usuários devem entrar em contato com o Maxbot, selecionando "dúvidas técnicas", para que a equipe, já preparada, possa analisar e solucionar rapidamente, especialmente com o auxílio de



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

prints das ocorrências. Ela também pediu que qualquer incongruência entre o status no Mapa Cultural e no documento oficial seja reportada para que a equipe possa resolver em tempo real. Irene ressaltou que estão respondendo rapidamente aos e-mails, em cerca de 2 horas, para questões que não exigem apuração detalhada. **Carlos Amorim** destacou a importância de uma comunicação eficaz, principalmente quanto ao suporte técnico do Mapa Cultural. Ele relatou que frequentemente é procurado por colegas e membros da comunidade para resolver problemas na plataforma, sugerindo que um contato direto com o suporte técnico seja disponibilizado de forma mais acessível para todos os conselheiros. Carlos também mencionou a dificuldade enfrentada por cidades como Paulista para resolver questões pendentes de LPG. Além disso, Carlos falou sobre o retorno do espetáculo *O Sonho Não Acabou*, que narra a trajetória do Movimento de Cultura Popular (MCP), importante para a interação entre cultura e educação nas comunidades. O espetáculo, que já teve edições anteriores, retorna para celebrar os 60 anos do movimento com 20 apresentações em locais públicos. Ele explicou que a peça conta a história de intelectuais e artistas como Abelardo da Hora, e como o golpe militar de 1964 impactou o MCP. Segundo Carlos, o legado do movimento continua vivo e influente nas comunidades culturais atuais. **Marcelo de Ogum** agradeceu aos conselheiros pelos elogios à Prefeitura de Itamaracá e solicitou que o conselho enviasse um ofício para retomar a comemoração do Dia do Palhaço, em 10 de dezembro. Ele lembrou que, após anos sem a celebração, Wagner havia conseguido restabelecê-la com o apoio de Renata Borba. Marcelo enfatizou a importância de preservar essa data, essencial para os palhaços no Brasil, e pediu que o conselho, junto com a Fundarpe e a Secult, promovesse uma ação especial para reforçar a importância do Dia Nacional do Palhaço. **Willyssys Wolfgang** trouxe dois pontos para discussão. O primeiro foi sobre as contrapartidas dos espaços requalificados com recursos federais, como a LPG e o PNAB. Ele questionou sobre os benefícios para os fazedores de cultura em todo o estado, especialmente em relação às sessões gratuitas em cinemas como o São Luiz e o Guarani, que receberam verbas estaduais. Willyssys destacou que, como sertanejo, não se sentia contemplado por essas iniciativas e pediu que o conselho cobrasse uma ação que beneficiasse artistas de todas as regiões do estado, mencionando o alto custo de locação de salas de cinema em Petrolina, por exemplo. O segundo ponto foi sobre as reuniões descentralizadas, solicitando um retorno sobre como estavam sendo tratadas, especialmente em Petrolina. **Rafael Farias** respondeu a dois questionamentos levantados. Primeiro, sobre as reuniões descentralizadas, ele explicou que, juridicamente, elas eram inviáveis, conforme apresentado pela Secretaria de Cultura, que já havia dado uma devolutiva ao conselho. Apesar disso, Rafael sugeriu que uma solução fosse buscada dentro da estrutura do novo regimento, que ainda precisava ser



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

discutido e atualizado, pois estava defasado. Segundo, sobre as contrapartidas dos cinemas requalificados, ele concordou com a crítica de que as iniciativas não atendiam adequadamente as macrorregiões, e solicitou que o representante da segunda região anotasse a pendência e trouxesse uma devolutiva. **Nivaldo Jorge** agradeceu à Secretaria de Cultura, Fundarpe e aos envolvidos pelo esforço em atender sua solicitação de ingresso para participar das sessões de filmes. Apesar de não poder comparecer devido a compromissos, ele expressou felicidade pelo reconhecimento. Nivaldo também sugeriu que, para eventos patrocinados pelos equipamentos do governo, os conselheiros e suplentes não precisem mais solicitar ingressos, propondo que seja garantida a distribuição de 40 ingressos para os 20 conselheiros da sociedade civil, abrangendo todas as regiões de desenvolvimento do estado, incluindo a capital e o interior. **Irene Veiga** aprovou a ideia de inserir o número de suporte de MaxBot na plataforma do Mapa Cultural, facilitando o acesso dos proponentes à ajuda técnica. Ela ressaltou a importância de os usuários reportarem problemas técnicos para um melhor tratamento das questões. Em relação aos prints recebidos, Irene esclareceu que uma das inscrições era de salvaguarda, e como o recurso já havia sido encerrado, não era mais possível solicitar financiamento. Ela informou que o prazo de recursos já estava expirado e que a equipe estava trabalhando na avaliação de mérito. Além disso, destacou que a ferramenta do Mapa Cultural permitia verificar a visualização das inscrições e sugeriu que eventuais dificuldades no acesso poderiam ser relacionadas à instabilidade de internet. **Rafael Farias** informou que recebeu um comunicado oficial sobre a Quadrilha Junina Mastruz com Leite, de Paudalho, por e-mail, e mencionou que estava compartilhando uma cópia do mesmo. Ele propôs colocar o nome de Eli Reis em votação para verificar se havia alguma objeção à sua participação no Conselho. Rafael pediu que, caso alguém tivesse algo contra, se manifestasse na sala. Não houve objeções, e ele convidou Eli Reis para falar sobre o assunto, concedendo-lhe três minutos para se explicar. **Eli Reis**, presidente da Quadrilha Junina Mastruz da Mata Norte de Paudalho, trouxe uma indagação sobre o processo de seleção. Ela explicou que, ao verificar o resultado, perceberam que, apesar de enviar o currículo conforme o item 5.1.4 do edital, não foram selecionados inicialmente. Tentaram reenviar, mas o currículo faltava em algum ponto. Quando o resultado foi atualizado, outras quadrilhas que estavam na mesma situação foram deferidas. Eli relatou dificuldades em obter respostas, pois as tentativas de contato por e-mail e telefone não foram atendidas, gerando confusão. Ela destacou as dificuldades enfrentadas pela quadrilha, como a falta de apoio e os recursos limitados da prefeitura, e agradeceu a oportunidade de questionar o processo. **Rafael Farias** informou que o documento foi recebido e que a Secretaria seria acionada para verificar e trazer uma devolutiva, agradecendo a participação. Em



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024

seguida, discutiu a proposta de Marcelo de Ogum sobre o encaminhamento de uma nota de repúdio em relação ao Festival de Inverno de Garanhuns (FIG). Rafael considerou que uma nota de repúdio poderia ser forte e sugeriu que fosse mais apropriado um questionamento, já que o Conselho Estadual de Política Cultural não deveria se envolver diretamente, dado que a organização do evento é da Prefeitura de Garanhuns. Ele destacou que o Governo de Pernambuco já havia repassado os recursos à Prefeitura há quase 30 dias, mas os artistas ainda não haviam sido pagos, o que indicaria que o atraso não estava relacionado à falta de repasse do governo estadual. Rafael sugeriu que, em vez de uma nota de repúdio, talvez fosse mais adequado uma nota de esclarecimento, deixando a decisão aberta para discussão. **Nivaldo Jorge** sugeriu que, em vez de uma Carta de Repúdio, o Conselho utilizasse uma ferramenta chamada "Recomendação", que permite uma abordagem mais suave. Ele defendeu que o Conselho de Política Cultural deveria recomendar, de forma respeitosa e cuidadosa, o pagamento devido em Garanhuns e a inclusão da PNAB em Paulista, em vez de repudiar as situações. Nivaldo destacou que, ao optar por repudiar constantemente, o Conselho poderia ser mal interpretado, e sugeriu que uma Carta de Recomendação fosse uma maneira mais eficaz e diplomática de tratar os problemas. **Rafael Farias** sugeriu que, tanto o esclarecimento quanto a recomendação, teriam o mesmo peso. Ele propôs que o grupo discuta as sugestões de texto para as cartas no grupo virtual. Rafael pediu que alguém elaborasse uma minuta dessas cartas para aprovação do conselho, com contribuições adicionais sendo feitas no grupo. Ele sugeriu que, após a criação do texto, fosse realizada uma enquete para votação rápida, permitindo que a decisão fosse tomada de forma eficiente e, se aprovado, encaminhado para publicação. **Amanda Carneiro** trouxe uma devolutiva sobre o uso do telefone do Maxbot, esclarecendo que ele é destinado apenas para atendimento via WhatsApp e não para ligações. Ela enfatizou a importância de deixar o atendimento registrado e reforçou que, durante o plantão semanal, as informações foram compartilhadas no grupo para garantir que todos os segmentos tivessem acesso. O horário de atendimento é de segunda a sexta, das 8h às 17h, e, em casos extremos, os conselheiros podem utilizar o canal de comunicação disponível. Em relação ao caso de Paudalho, Amanda informou que o atendimento já estava sendo tratado, com a análise das propostas e uma devolutiva sendo preparada. **Rafael Farias** iniciou a primeira pauta da reunião, pedindo a contribuição de Wagner, conforme havia prometido na reunião anterior, sobre a reintegração da presidência da sociedade civil. Ele sugeriu que fosse definida uma data para votação e mencionou que seria uma pauta rápida. Rafael também se mostrou aberto a outras propostas e abriu espaço para debate, convidando Wagner a se manifestar. **Wagner Egito** explicou que, na condução do Conselho, a presidência da sociedade civil seria mantida até outubro de



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024

2025. Ele sugeriu que, com os quatro meses e meio restantes, a sociedade civil permaneceria na presidência até a primeira reunião ordinária de março, quando seria realizada a eleição. **Maestro Adailton** mencionou que, na época em que Yasmim era presidente, houve um acordo sinalizado para que a sociedade civil pudesse retomar o cargo por três meses, uma vez que a gestão identificasse essa possibilidade. Ele explicou que houve boa vontade por parte da gestão em conceder esse retorno de três meses, mas o companheiro envolvido recusou a oferta. A razão para a recusa não foi completamente clara; poderia estar ligada ao desejo de uma continuidade mais longa ou a questões relacionadas a um processo específico. Além disso, o colega havia sido afastado por duas portarias e não aceitou nenhuma das duas propostas para retornar ao cargo. **Rafael Farias** afirmou que, em sua percepção, o companheiro Wagner não retornou ao cargo e que a discussão sobre o mérito de seu afastamento não era pertinente naquele momento. Para ele, o fato concreto foi que Yasmim permaneceu na presidência durante um período de quatro meses e 15 dias, sem se afastar da função. Segundo Rafael, embora Wagner tivesse a possibilidade de retornar, ele optou por não fazê-lo, o que reforçou a continuidade de Yasmim como presidente do conselho naquele contexto. Em seguida, ele passou a palavra para Yasmim Neves, a ex-presidente e atual Secretária Executiva de Cultura. **Yasmim Neves** pontuou que o mandato da sociedade civil na presidência do conselho já havia sido amplamente discutido, inclusive com Amanda, Ana Paula e Cacau, desde o período em que ela atuava como presidente interina. Durante esse primeiro ano de afastamento da sociedade civil da presidência, foi sugerido que o atual presidente Rafael Farias, representando o CEPC, assumisse a presidência por três a quatro meses, para assegurar a continuidade e responsabilidade do trabalho. Yasmim enfatizou que a intenção é promover uma construção coletiva para fortalecer a política cultural em Pernambuco e que o mandato da sociedade civil na presidência do conselho deve se estender até setembro de 2025, sem interferência da secretaria. Ela destacou que a Secretaria de Cultura está comprometida em apoiar a sociedade civil, formalizando essa decisão para evitar futuros desentendimentos. Além disso, Yasmim ressaltou a importância da unidade do conselho e do compromisso com a política cultural de Pernambuco, especialmente diante das políticas públicas atuais e futuras. Ela se colocou à disposição para o diálogo e mencionou que, embora não pudesse participar de uma reunião devido a compromissos com a PNAB, estará sempre próxima e acessível para contribuir com o conselho. **Rafael Farias** agradeceu a Yasmim pela participação, destacando que ela sempre é bem-vinda nas reuniões. Ele interpretou sua fala como um sinal de que o Governo estava abrindo mão do mandato na presidência, prática que, segundo ele, já ocorreu em outras gestões. Rafael sugeriu então que fosse colocada em votação a discussão sobre a extensão do mandato ou uma



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

nova eleição, propondo que essa decisão ocorresse na primeira reunião de março de 2025, caso todos concordassem. **Yasmim Neves** informou que não poderia permanecer na discussão sobre a PNAB devido a outro compromisso, mas fez questão de compartilhar atualizações importantes. Explicou que a equipe da Secult estava comprometida com o cronograma oficial e que, naquele momento, os processos de análise de mérito para editais de Premiação e Bolsas estavam em andamento, com pareceristas contratados para auxiliar na avaliação. Até o momento, 4.232 projetos estavam habilitados para os Termos de Execução Cultural (TECs), que também passariam pela análise de mérito. Além disso, destacou que a Secult estava promovendo busca ativa nos municípios para garantir a participação no edital Cultura Viva, e que a equipe estava trabalhando intensamente, inclusive aos domingos, para responder a todas as dúvidas e atender os agentes culturais. Ela informou que enviaria os dados atualizados para serem compartilhados no grupo, garantindo transparência em cada etapa do processo. **Willyssys Wolfgang** relatou que a caravana da Secult esteve em Petrolina, apresentando os Pontos de Cultura, o que ele considerou um momento muito especial e significativo para o extremo do estado. No entanto, ele mencionou que havia uma dúvida em relação ao retorno do Ministério da Cultura sobre a possibilidade de lançar uma premiação destinada a contemplar pessoas e coletivos do São Francisco sem constituição jurídica, mas que possuíam certificação. Durante a apresentação, Luciana informou que estavam aguardando essa resposta do Ministério e que talvez ela fosse dada em breve. Willyssys solicitou, então, que, caso houvesse algum retorno, ele fosse comunicado ao grupo. **Rafael Farias** interrompeu para informar que o ponto mencionado por Willyssys estava na pauta e seria abordado em breve por Edvaldo Júnior, que já estava presente na reunião para esclarecer essa questão específica, relacionada às demandas sobre a PNAB. Ele aproveitou para parabenizar Yasmim pela condução das escutas da PNAB, ressaltando sua importância e a parceria com o Observatório Albic, que contribuiu para esses diálogos. Rafael mencionou que esteve presente em uma dessas escutas em Arcoverde, considerando-a um momento esclarecedor e reforçando a relevância do mapeamento cultural que o Estado está realizando. Em seguida, ele abriu espaço para Yasmim se despedir antes de Edvaldo dar continuidade à pauta. **Yasmim Neves** informou que Edvaldo traria as devolutivas solicitadas e agradeceu pelo trabalho colaborativo. Ela destacou que o relatório de prestação de contas referente ao objeto da LPG, já concluído e pago, seria disponibilizado em breve. Este relatório estaria acessível na plataforma Cultura PE e no mapa cultural da Fundação. Em tom descontraído, mencionou que Rafael frequentemente a cobrava por atualizações, incentivando-o a continuar assim, e então se despediu, explicando que precisava retornar à sua reunião. **Rafael Farias** colocou em



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

votação a proposta de prorrogação, sugerida por Yasmim, até a primeira reunião ordinária de março de 2025. A votação resultou em 13 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra. Rafael, devido ao horário, decidiu avançar para o próximo ponto da pauta, que era a PNAB e os Pontos de Cultura. Ele aproveitou para convidar Edvaldo Júnior, coordenador dos Pontos de Cultura na Secretaria de Cultura, para fazer uma fala inicial. Após isso, ele sugeriu que os demais participantes, caso tivessem dúvidas, pudessem levantar questões, e o debate seria aberto. **Edvaldo Júnior** iniciou sua fala destacando a importância do diálogo no conselho e o impacto da política de Cultura do Estado, especialmente sobre os editais de Pontos e Pontões de Cultura. Ele mencionou que, após a sinalização positiva do Ministério da Cultura, o setor cultural do Estado ficou animado com a possibilidade de novos recursos. O ministério definiu diretrizes para os editais padronizados, sendo que o Estado lançou dois editais, um para fomento aos Pontos de Cultura e outro para os Pontões de Cultura, seguindo as orientações ministeriais. No entanto, houve dificuldades para os agentes culturais acessarem os editais, o que não se limitou às entidades certificadas, mas também a outras que poderiam ser certificadas. Diante disso, a Secretaria ampliou o prazo de inscrição e iniciou um processo de busca ativa e orientação para os agentes culturais de todas as regiões do Estado. As atividades de busca ativa passaram por diversas cidades, como Igarassu, Vitória de Santo Antão, Arcoverde, Serra Talhada, entre outras, e continuaram em outras localidades. Edvaldo também mencionou que, na próxima semana, haveria plantões para tirar dúvidas de agentes culturais sobre o processo de inscrição. Apesar dos desafios, ele ressaltou que a Secretaria está comprometida em descentralizar as informações para garantir que todos os agentes possam acessar os recursos, mesmo diante da dificuldade de entendimento sobre o conceito de Ponto de Cultura. Por fim, ele se colocou à disposição para mais diálogos e esclarecimentos. **Rafael Farias** levantou uma questão pendente trazida por Wllyssys Wolfgang e também discutida na escuta em Arcoverde. A dúvida se referia aos pontos de cultura que possuem certificação do Ministério da Cultura, mas não possuem CNPJ, o que os impede de acessar o edital. Ele mencionou que esperava uma devolutiva da Secretaria de Cultura sobre essa situação, mencionando inclusive que modelos de editais da Bahia foram discutidos em grupo. **Edvaldo Júnior** explicou que a exigência de CNPJ para grupos e coletivos culturais é uma imposição da Instrução Normativa nº 8, que regula a Política Nacional de Cultura Viva, e não uma decisão própria do edital. Ele citou o artigo 23, que especifica requisitos para entidades culturais, incluindo existência formal e CNPJ. Essas exigências estão alinhadas com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), desenvolvido para garantir a segurança jurídica no repasse de recursos. Ele mencionou que, embora o estado da Bahia tenha lançado recentemente editais que permitem a participação de grupos sem CNPJ em



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

editais de premiação, em Pernambuco essa demanda não surgiu durante o processo de escuta pública, o que influenciou a ausência de editais semelhantes. Apesar disso, Edvaldo enfatizou que a Secretaria de Cultura não se opõe ao conceito, mas que existem questões jurídicas e orçamentárias que precisam ser avaliadas. **Wagner Egito** ressaltou que o edital de fomento para projetos não contempla Pontos de Cultura sem CNPJ, o que representa um problema significativo em Pernambuco, onde muitos Pontos de Cultura não estão formalizados. Ele observou que, devido a essa restrição, o edital de fomento pode ter poucas inscrições. Questionou se seria possível lançar um edital de premiação ainda este ano e apontou que, embora essa responsabilidade tenha sido transferida para as prefeituras, seus recursos são limitados e insuficientes para atender à demanda. Sugeriu, como alternativa, o cancelamento e relançamento dos editais, embora reconheça que falava de modo exploratório, apenas levantando possibilidades. **Willyssys Wolfgang** concordou com a fala de Wagner e destacou que houve um erro considerável da Secretaria ao não reconhecer que muitos Pontos de Cultura em Pernambuco não possuem constituição jurídica. Com conhecimento de causa como sertanejo, enfatizou que essa exigência é uma grande desvantagem para a região, onde manter um CNPJ sem fins lucrativos não é viável para a maioria dos Pontos de Cultura. Ele questionou Edvaldo sobre como a Secretaria pretende lidar com essa situação, considerando que, no Sertão, onde se encontra 70% do território do Estado, poucos Pontos de Cultura têm CNPJ, apesar de possuírem certificação do Ministério da Cultura. Willyssys relatou que em uma reunião recente, na qual apenas uma pessoa entre 20 ou 30 participantes tinha um CNPJ elegível, a disparidade ficou evidente. Destacou que essa situação criará um grande desequilíbrio, favorecendo os Pontos de Cultura da capital. Ele pediu uma solução para atender a demanda dos grupos sem constituição jurídica e assegurou que comprehende a burocracia envolvida, conforme Luciana havia explicado em uma formação. **Rafael Farias** passou a palavra para Edvaldo e, em seguida, fez uma pergunta. Ele quis saber se Edvaldo tinha informações sobre a quantidade de pontos de cultura inscritos até o momento, já que esse dado não havia sido mencionado. Rafael destacou a importância de trazer esses números para que todos pudessem entender o contexto. Ele sugeriu que o levantamento fosse compartilhado no grupo dos 80, reforçando que a prorrogação discutida no conselho havia sido justificada pela baixa demanda inicial. Por fim, pediu que Edvaldo apresentasse os dados disponíveis e concedeu-lhe a palavra. **Edvaldo Júnior** apresentou sua opinião sobre o cancelamento do edital de pontos e pontões de cultura, afirmando que essa medida causaria prejuízos significativos aos agentes culturais que já submeteram projetos. Ele argumentou que tal ação poderia gerar insegurança jurídica, frustração entre os participantes e até demandas judiciais, além de não fazer sentido do ponto de vista



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024

administrativo e legal. Edvaldo destacou que a Secretaria de Cultura estava acompanhando o processo e orientando os agentes culturais quanto ao acesso ao edital. Ele também sugeriu que o Ministério da Cultura deveria reformular as regras relacionadas aos pontos de cultura, uma iniciativa que poderia contar com recomendações do Conselho de Política Cultural. Sobre o lançamento do edital de premiação, Edvaldo explicou que, embora não estivesse descartado, ele dependia de análises jurídicas e operacionais para viabilizar sua implementação de forma adequada, especialmente no caso de sobras de recursos. Ele reforçou que os editais de fomento deveriam permitir a participação de qualquer entidade cultural, certificada ou não, o que era alinhado à legislação vigente e favorecia maior inclusão. Por fim, Edvaldo mencionou a necessidade de ouvir os agentes culturais e aprimorar os processos para futuros editais. Ele enfatizou a importância de um alinhamento entre estados, municípios e o Ministério da Cultura para reestruturar a Política Nacional de Cultura Viva, garantindo maior acessibilidade e oportunidades para as entidades culturais. **Rafael Farias** agradeceu a Edvaldo, mas destacou que ainda havia um ponto de pauta a ser abordado e que seria importante alinhar e ajustar os próximos passos. Ele ressaltou que faltaram as atualizações sobre o número de pontos de cultura inscritos, considerando a relevância desses dados para a discussão, especialmente em relação ao que havia sido mencionado por Wagner. Rafael explicou que sua pergunta estava relacionada à possibilidade de remanejamento de recursos. Ele indicou que, caso o número de inscrições fosse baixo ou o projeto não tivesse a adequação necessária, os recursos remanescentes poderiam ser utilizados em um novo edital, como o de premiação. Ele pediu que Edvaldo fornecesse essa devolutiva posteriormente. **Willyssys Wolfgang** registrou uma consideração sobre a importância de incluir, nos editais de premiação, pontos de cultura sem constituição jurídica, destacando que a exclusão desses agentes impactaria desproporcionalmente a região do Sertão. Ele pediu atenção do conselho para corrigir essas desigualdades em futuros editais, observando que questões semelhantes vinham sendo mencionadas desde a gestão anterior, durante as edições da Lei Aldir Blanc, e que era necessário assumir a responsabilidade pelos problemas identificados. Willyssys lamentou a ausência de respostas claras sobre o possível relançamento do edital e apontou os desafios relacionados à segurança jurídica. Ele enfatizou que, enquanto essas questões não fossem resolvidas, os pontos de cultura seriam prejudicados, especialmente aqueles sem constituição jurídica, apesar de possuírem certificação do Ministério da Cultura. Ele destacou que, embora não fosse diretamente envolvido com os pontos de cultura, recebia muitas solicitações de agentes culturais do Sertão que desenvolviam trabalhos relevantes, mas enfrentavam barreiras para acessar os recursos. Por fim, ele mencionou que a decisão de não lançar o edital de



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

premiação foi uma escolha da Secult e não do governo federal, reforçando que a prioridade deveria ser encontrar soluções para acolher as demandas pendentes, sem buscar culpados. **Edvaldo Júnior** informou que o edital ainda estava em fase de inscrições e, por isso, não podia confirmar dados detalhados no momento. No entanto, afirmou que consultaria internamente a viabilidade de obter as informações e, caso fosse possível, elas seriam repassadas a Amanda para divulgação no grupo dos 80 ou diretamente ao solicitante, sem qualquer impedimento. **Rafael Farias** agradeceu a Edvaldo e concordou com as observações de Wllyssys, destacando que o Sertão seria especialmente prejudicado devido às dificuldades relacionadas à constituição jurídica dos pontos de cultura. Ele mencionou os desafios enfrentados pelas regiões mais afastadas, como a dificuldade de acesso à informação, questões orçamentárias e os custos associados à manutenção de um CNPJ, incluindo despesas com contadores. Rafael ressaltou que a pandemia agravou a situação, impedindo que muitos grupos se formalizassem e prejudicando aqueles que conseguiram. Ele avaliou que a decisão da Secult foi equivocada e poderia ter sido mais inclusiva, considerando que a desburocratização é uma demanda antiga e constantemente discutida no conselho. Por fim, ele propôs avançar na pauta e mencionou a necessidade de discutir as eleições setoriais e as artes visuais com Bárbara Collier. Rafael sugeriu que, por falta de tempo, poderia ser marcada uma reunião extraordinária para aprofundar a discussão, mas considerou importante ouvir os pontos apresentados por Bárbara. **Bárbara Collier** apresentou questões relacionadas à eleição setorial, destacando que, como presidente da comissão, percebia a falta de estrutura e encaminhamento adequados. Ela mencionou que as artes visuais enfrentavam marginalização no programa "Pernambuco Meu País", com trabalhos expostos de forma precária, como cordões no meio da cidade, enquanto outras áreas recebiam investimentos significativos em palcos e cenários. Ela defendeu a criação de um prêmio específico e de um salão para artes visuais, além da separação de grupos dentro da setorial para contemplar tanto artes visuais quanto fotografia. Bárbara ressaltou a necessidade de o conselho votar essas pautas e criticou a ausência de discussões sobre o orçamento estadual para o próximo ano, especialmente em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), que não havia incluído o prêmio e o salão de artes visuais no planejamento anterior. Ela também destacou que a falta de um assessor de atividades até aquele momento prejudicava o setor e pediu maior reconhecimento e estrutura para as artes visuais no planejamento cultural estadual. Por fim, sugeriu que as pautas fossem votadas futuramente e cobrou um posicionamento sobre como o orçamento da cultura estava sendo planejado para o ano seguinte. **Rafael Farias** agradeceu a Bárbara e sugeriu a realização de uma reunião da comissão eleitoral, destacando que ela presidia a comissão e que ele ainda não havia participado de



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

encontros com o grupo. Propôs que Amanda, representando a Secretaria, organizasse a reunião para analisar o andamento das eleições setoriais e verificasse o que já havia sido estruturado até o momento. Rafael sugeriu que, após a reunião da comissão, fosse agendada uma reunião extraordinária para discutir as eleições setoriais e trazer as devolutivas necessárias, alinhando isso com a pauta já existente sobre o regimento interno. Ele enfatizou que a operacionalização das eleições precisava ser discutida, pois a devolutiva da Secult indicava a falta de equipe para auxiliar nesse processo. Por fim, destacou a necessidade de definir quem seria responsável por tarefas como emissão de pareceres e avaliação de questionários, reforçando a importância de entender a situação da comissão eleitoral antes de avançar. Em seguida, passou a palavra para Amanda. **Amanda Carneiro** explicou que poucas comissões temáticas ainda precisavam ser recompostas. Citou a comissão de editais, composta por Alexandre, Carlos Eduardo, Arthur Teti e Wllyssys, como uma potencial fonte de suporte para a comissão de setoriais. Segundo ela, somando as duas comissões, seria possível organizar as eleições setoriais, contando com cerca de 8 a 9 integrantes. Ela enfatizou que a dificuldade era a baixa adesão de pessoas dispostas a trabalhar nas comissões, apesar das cobranças frequentes. Amanda destacou que o formulário já estava pronto e atestado no mapa cultural, e o edital também estava finalizado. O que faltava era atualizar o cronograma, recompor a comissão e publicar no Diário Oficial. Após isso, as propostas poderiam começar a ser recebidas. Ela mencionou a necessidade de dividir as análises de acordo com o número de inscritos e alertou sobre o cumprimento de prazos, como análise, abertura para recursos e publicação. Sobre o pedido de Bárbara de separar artes visuais e fotografia no edital das setoriais, Amanda informou que isso já havia sido contemplado. Ressaltou ainda que a Secult contava com assessores específicos para fotografia e artes visuais, embora eles estivessem sem assistentes, com os currículos para essas vagas em análise. Explicou que os assessores, Jefferson Santana (fotografia) e Makson Dias (artes visuais), estavam envolvidos nas edições do "Pernambuco Meu País" e estavam atualmente em reunião com Yasmim para tratar da PNAB. Amanda sugeriu que uma reunião extraordinária fosse marcada para responder aos demais pontos levantados por Bárbara, como a premiação e o retorno do salão de artes visuais. Ela reforçou que o primeiro ponto já havia sido atendido pelo edital e demonstrou otimismo quanto à possibilidade de resolver as demais questões na próxima reunião. **Rafael Farias** esclareceu que Amanda havia mencionado que traria a devolutiva sobre a LOA na reunião extraordinária, em conjunto com os coordenadores de fotografia e assessores de artes visuais. Explicou que as respostas já estavam organizadas e seriam apresentadas na próxima reunião, enfatizando que a pauta de Bárbara continuaria sendo discutida e cobrada. Ele agradeceu e informou que verificaría a disponibilidade de agenda para



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

marcar a reunião da comissão eleitoral antes da extraordinária, com o objetivo de alinhar as devolutivas. Reforçou que a reunião extraordinária trataria tanto das devolutivas quanto de questões operacionais relacionadas às eleições setoriais. Mencionou que, conforme Amanda havia explicado, o Mapa Cultural já estava disponível e o edital pronto, faltando apenas ajustes no cronograma e a mobilização de pessoas para integrar a equipe responsável. Rafael destacou a necessidade de comprometimento dos conselheiros no trabalho, solicitando que aqueles que não pudessem participar informassem para evitar atrasos no processo. Finalizou agradecendo a presença de todos, tanto online quanto presencialmente, e declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (Secretária)

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Severino Carlos Amorim

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Eduarda Borba Lagioia Lippo



Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
PER
NAM
BUKO
ESTADO DE MUDANÇA

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 07.11.2024**

Lucas Fernando Barbosa

Natália Oikawa

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida

Karla Regina do Monte Oliveira

Laura Maria de Melo Sarmento

Francisco de Assis do Nascimento